

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 150

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 03 DE DEZEMBRO DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i>	<i>Marcos Isfer</i>

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Antonio Baratter - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 033ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
03 DE DEZEMBRO DE 2002**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Hermes Fonseca e Antonio Anibelli.

Às quinze horas e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSC: Fernando Guimarães; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Antonio Baratter, Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PPS: Cezar Silvestri e Marcos Isfer (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2611

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inversão da pauta da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 03.12.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 2613

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, a retirada de votação dos Projetos de Lei nºs 317/2001 e 027/2002, por 05 (cinco) Sessões da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 03.12.2002.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2612

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, votação em bloco das Proposições de Veto, itens 01 e 03, constantes na Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 03.12.2002.

(a) DURVAL AMARAL

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Requerimento nº 2611, de autoria do deputado Hermes Fonseca, constante do expediente, solicitando a inversão da pauta da presente Sessão. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 740/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que regulamenta o pedido de vistas, adiantamentos e novas audiências de processos de qualquer natureza, em tramitação no Tribunal de Contas do Estado do Paraná. COM PARECER DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 146/2002, de 27/11/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 740/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, visa regulamentar o pedido de vistas, adiamentos e novas audiências de processos de qualquer natureza, em tramitação no Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 03.12.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 730/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza a Construção das Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCH Foz do Anta e PCH Bonaza, nos municípios de Tomazina, Arapoti e Ribeirão do Pinhal. COM PARECER DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 144/2002, de 25/11/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 730/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, visa autorizar a Construção das Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCH Foz do Anta e PCH Bonaza, nos municípios de Tomazina, Arapoti e Ribeirão do Pinhal.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 03.12.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 700/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza a Construção das Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCH Burro Branco, PCH Foz do Turvo, PCH Pinhalzinho. COM PARECERES DA CCS, CF E CEMA. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 138/2002, de 11/11/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 700/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, visa autorizar a Construção

das Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCH Burro Branco, PCH Foz do Turvo, PCH Pinhalzinho, conforme especifica.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 12.11.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 700/2002

P A R E C E R :

De autoria do deputado Hermas Brandão, a proposta legislativa visa autorizar o Poder Executivo a construir as Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCH Burro Branco, PCH Foz do Turvo, PCH Pinhalzinho, localizada no Rio Areia, entre os municípios de Inácio Martins, Pinhão e Cruz Machado.

O projeto passou pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça, recebendo desta parecer favorável.

No que cabe a esta Comissão se manifestar, a mesma se posiciona favoravelmente à aprovação do projeto em tela por este ter natureza autorizatória e dispor em seu artigo 2º que encontra-se condicionada a execução da presente medida legislativa ao cumprimento das normas ambientais emanadas do Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

Pelas razões acima expostas, somos pelo parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.11.2002.

(a) ADEMIR BIER - Presidente e Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
PROJETO DE LEI Nº 700/2002

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do deputado Hermas Brandão, o presente plano de lei visa autorizar o Poder Executivo a construir as Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCH Burro Branco, PCH Foz do Turvo e PCH Pinhalzinho, localizadas no Rio Areia, entre os municípios de Inácio Martins, Pinhão e Cruz Machado.

Fundamentação

O presente projeto foi analisado pela Comissão de Constituição e Justiça no tocante à constitucionalidade e legalidade. A mesma posicionou-se pela constitucionalidade da matéria.

A Comissão de Finanças também se posicionou favoravelmente a aprovação da proposta.

O projeto em tela encontra-se substanciado em estudos ambientais realizados pela empresa

J. Malucelli Energia, com as principais conclusões e recomendações, assim como, o cronograma e planejamento construtivo. Outrossim, no próprio corpo do projeto encontra-se a disposição de que a execução da medida legislativa proposta ficará condicionada ao cumprimento das normas ambientais exigidas pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

Conclusão

Assim sendo, no que compete a essa Comissão se manifestar, opinamos pelo parecer favorável, posto que o projeto de lei em epígrafe é meritório, já que tem por finalidade amenizar a crise de energia elétrica que passa o Estado do Paraná e os demais Estados da Federação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.12.2002.

(a) NEIVO BERALDIN - Presidente e Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 694/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Matelândia, imóveis situados no perímetro urbano daquele município. COM PARECERES DA CF E CEMA. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 136/2002, de 06/11/2002).**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Há uma solicitação verbal de retirada da Sessão de hoje dos itens 12 e 13.

Em votação o requerimento para a retirada dos itens 12 e 13.

Aprovado. Retirado por uma Sessão.

Fica, portanto, adiada a discussão por 01 (uma) Sessão, dos Projetos de Lei nºs 700/2002 e 694/2002, itens 12 e 13 da Ordem do Dia.

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 693/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que faculta o reconhecimento das Associações Locais, Regionais ou Setoriais de Usuários de Recursos Hídricos e aos Consórcios Intermunicipais de Bacia Hidrográfica como Utilidade Pública, na forma da lei. **(Publ. no DA nº 136/2002, de 06.11.2002).**

Aprovado.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Só para desencargo de consciência: não consta aqui a passagem pela Comissão de Meio Ambiente. Pode ser um erro de impressão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Determino à nossa Assessoria, que encaminhe à Comissão de Meio Ambiente.

Está votada já a sua constitucionalidade.

Não voltará enquanto não houver o parecer da Comissão de Meio Ambiente.

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 688/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a transferir o município de Conselheiro Marincz para o Núcleo Regional de Educação de Jacarezinho. **(Publ. no DA nº 134/2002, de 04.11.2002).**

Aprovado.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, também votamos em primeira discussão, mas não há o parecer da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Encaminharemos à Comissão de Educação.

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 676/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação Nossa Senhora de Lourdes - Lar de Nazaré, com sede e foro no município de Tibagi. COM PARECER DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 132/2002, de 29.10.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 676/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Hermas Brandão, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Nossa Senhora de Lourdes - Lar de Nazaré, com sede e foro no município de Tibagi.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03.12.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSI - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 626/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação Norte Paranaense de Combate ao Câncer, com sede e foro no município de Arapongas. COM PARECER DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 116/2002, de 10.09.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 626/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Hermas Brandão, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Norte Paranaense de Combate ao Câncer, com sede e foro no município de Arapongas.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03.12.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 555/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que dispõe sobre o regime das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte-Simples/PR. COM PARECER DA CCJ, CF E CAIC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 104/2002, de 12.08.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 555/2002

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 555/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, dispõe sobre o regime das microempresas e empresas de pequeno porte - Simples/PR.

O projeto amplia os parâmetros de enquadramento de empresa no Simples, favorecendo o desempenho e criação de novas microempresas no Estado, não apresentando óbices de natureza legal ou constitucional.

Pelo exposto, opino favoravelmente, pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 12.11.2002.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente em exercício

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 555/2002

P A R E C E R :

O plano de lei em exame é de autoria do deputado Hermas Brandão, que estabelece o regime das microempresas e empresas de pequeno porte - Simples/PR.

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Procedida a análise da proposição, no que compete a esta Comissão Permanente, de acordo com o parágrafo 3º, do artigo 33 do Regimento Interno, nada encontramos que possa impedir a tramitação do projeto de lei em epígrafe, visto que este objetiva buscar melhores condições de desempenho para as pequenas microempresas, aumentando a taxa de empregos e incrementando a receita tributária do Estado através de impostos devidos.

Desta forma, esta Comissão de Finanças manifesta seu parecer favorável à proposição em questão, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.11.2002.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO PROJETO DE LEI Nº 555/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, visa dispor sobre o regime das microempresas e empresas de pequeno porte - Simples/PR.

Chamada esta Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio a se manifestar, e após obter parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e Finanças, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sala das Comissões, em 25.11.2002.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Presidente

FERNANDO RIBAS CARLI - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 033/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública o Provopar Municipal de São José da Boa Vista. COM PARECER DA CCJ. EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 003/2002, de 20.02.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 033/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Hermas Brandão, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Provopar Municipal de São José da Boa Vista, com sede e foro no município de São José da Boa Vista e foro no município de Wenceslau Braz.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável, na forma da emenda substitutiva geral anexa.

Sala das Comissões, em 03.12.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 033/2002

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Provopar Municipal de São José da Boa Vista, com sede no

município de São José da Boa Vista e foro no município de Wenceslau Braz.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 03.12.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Sobre os itens 05 e 04, requerimento de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) Sessões.

Aprovado.

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 027/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que denomina Rodovia Prefeito José Alves Pereira, o trecho da Rodovia PR-151, que liga Ribeirão Claro a Carlópolis. (**Publ. no DA. nº 002/2002, de 19/02/2002**).

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 317/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que transfere o município de Tibagi do Núcleo Regional de Educação de Ponta Grossa para o Núcleo Regional de Educação de Telêmaco Borba. (**Publ. no DA. nº 103/2002, de 07/08/2002**).

Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões dos Projetos de Lei nºs 027/2002 e 317/2001.

O SR. ALGACI TÚLIO

Aproveito, senhor presidente, para recomendar que se encaminhe, nesse meio tempo às Comissões de Obras de Educação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será encaminhado por solicitação do deputado Algaci Tulio.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente.

Quero parabenizá-lo pelo trabalho que está fazendo como legislador, uma vez que dos 17 itens da pauta, 11 são de autoria de V. Exa.

V. Exa. trabalha bastante, presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Nereu Moura, muitas solicitações, principalmente, de Utilidade Pública, chegam à Presidência. Esta Presidência serve como interlocutora da sociedade organizada.

Requerimento nº 2612, de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando a

votação em bloco dos itens 01 e 04 constantes na Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária. **Aprovado.**

O SR. NEIVO BERALDIN (**Questão de Ordem**)

Senhor presidente.

Eu gostaria de perguntar a V. Exa. quais são os vetos.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Item 3º: Veto aposto ao Projeto de Lei nº 358/2002, de autoria dos deputados Orlando Pessuti e Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente.

É uma pena que o governador tenha vetado, porque a intenção minha e do deputado Orlando Pessuti era dar mais autenticidade e credibilidade nos projetos e na exigência de documentação, para as declarações de Utilidade Pública. O Poder Executivo fala que, não tendo sido de iniciativa sua, veta. Seria bom, que o governo mandasse para a Casa, uma mensagem para regulamentar em cima daquilo que este parlamentar e o deputado Orlando Pessuti propuseram para melhorar e dar mais credibilidade aos pedidos de declaração de Utilidade Pública.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

... e o item 1 é o veto aposto ao Projeto de Lei nº 310/2000, de autoria da deputada Serafina Carrilho, que obriga as empresas revendedoras de aparelho de telefonia celular a divulgarem aviso de advertência quanto aos riscos à saúde advindos do uso inadequado de telefones celulares.

Então, de acordo com requerimento do deputado Durval Amaral, vamos votar agora os itens 1 e 3.

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 132/2002, veto aposto ao Projeto de Lei nº 358/2002, de autoria dos deputados Orlando Pessuti e Algaci Tulio, que altera o artigo 1º da Lei nº 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que dispõe sobre normas disciplinares para declaração de Utilidade Pública de entidades no Estado do Paraná. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 515/2002.

Curitiba, 08 de outubro de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 378/2002, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, em conformidade com os artigos 87, VII e 71, § 1º, da Constituição Estadual, votei integralmente o Projeto de Lei nº 358/2002, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público, pelas razões por mim endossadas, constantes do anexo Parecer nº 178/2002, da Procuradoria Geral do Estado.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

PARECER Nº 178/2002-PGE

Ementa: lei que regulamenta a declaração de Utilidade Pública no âmbito do Estado do Paraná. Constitucionalidade. Distinção entre brasileiros, inconstitucionalidade. Interesse do Estado. Problemas para a Administração na formalização de convênios. Burocracia que dificulta a organização social. Indicação de veto integral.

Senhor procurador chefe.

Solicita a governadoria, parecer acerca do projeto de lei aprovado na Assembléia Legislativa que regulamenta a concessão de declaração de Utilidade Pública no âmbito do Estado do Paraná a organização civis cujas atividades propiciem benefícios à população paranaense.

O projeto de lei aprovado está coberto pela constitucionalidade formal. Entretanto, pode ser considerado abusivo em relação à Constituição Federal, pelo fato de excluir entidades brasileiras de caráter nacional e sem representação direta no Paraná aos recursos e convênios do Estado, artigo 6º, VIII. É que exige a declaração de Utilidade Pública para firmar convênios ou receber recursos do Estado (artigo 4º, § 2º) e veda a concessão da declaração àquelas organizações que não tenham sede ou representação no Estado. Entretanto, a Constituição Federal proíbe a criação de distinção ou preferência entre brasileiros (artigo 19, III).

Por outro lado a lei, ao exigir que todos os anos haja renovação da declaração, estabelecendo que será sempre no final de cada ano, cria uma burocracia evitável e pode dificultar não só a ação do Estado na sua relação com a sociedade civil, como vida organizada dos cidadãos, o que, evidentemente, fere o interesse público.

A Administração Federal regulamentou a relação com a sociedade civil organizada por meio da criação da Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP por meio da Lei 9790, de 23 de março de 1999, com fiscalização e ação definida. Parece que o presente projeto, em comparação com a definição federal é um retrocesso, inclusive porque impede que o Poder Público realize qualquer relação de convênio ou "parceria", como chama a lei federal, com entidades que não sejam declaradas de Utilidade pela Assembléia Legislativa, o que pode tornar impeditivo o desenvolvimento de ações de interesse público e da cidadania.

Pode-se observar, além disso, que o procedimento de renovação de declaração estabelecido no projeto aprovado exige a participação de deputado que representa a região onde a sociedade organizada atua. Esta representação não existe juridicamente e acaba por impedir que a

sociedade organizada de uma localidade acesse os meios públicos se não tiver a concordância do deputado eleito com votos da região, em geral não majoritário.

Sendo assim, por ser o projeto aprovado contrário ao interesse público e sofrer de vício de inconstitucionalidade, nos termos do § 1º do artigo 71, é este parecer no sentido de indicar o seu veto, total ou, pelo menos parcial, do § 2º do artigo 4º e do artigo 5º.

É o parecer.

Curitiba, 24 de setembro de 2002.

(a) Carlos Frederico Marés de Souza Filho

Procurador do Estado

(O Projeto de Lei nº 358/2002 encontra-se publicado no DA nº 109/2002 - Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO Nº 132/2002

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 358/2002, de autoria dos senhores deputados Orlando Pessuti e Algaci Tulio, que visa alterar o artigo 1º da Lei nº 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que dispõe sobre normas disciplinares para declaração de Utilidade Pública de entidades no Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.10.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 037/2002, veto apostado ao Projeto de Lei nº 310/2000, de autoria da deputada Serafina Carrilho, que obriga as empresas revendedoras de aparelhos de telefonia celular, a divulgarem avisos de advertência quanto aos riscos à saúde advindo do uso inadequado de telefones celulares, na forma em que especifica. COM RELATÓRIO DA CCJ. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 049/2002

Curitiba, 11 de janeiro de 2002.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 481/2001, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o § 1º do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, **vetei** o Projeto de Lei nº 310/2000, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo obrigar as empresas revendedoras de aparelhos de telefonia celular, no Estado do Paraná, a divulgarem propaganda de advertência aos usuários, informando riscos à saúde quando do uso inadequado de celulares.

O veto apostado decorre de informações prestadas pela Secretaria de Estado da Saúde, de que “não há até o momento, comprovação científica de efeitos nocivos à saúde, decorrentes do uso de aparelhos de telefonia celular” e de ter conhecimento de que a Anatel, vem acompanhando junto à Organização Mundial de Saúde, estudos, ainda não conclusivos, sobre o assunto.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituiu a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 310/2000 encontra-se publicado no DA nº 125/2000, de 20.09.2000).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 037/2002

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 310/2000 de autoria da deputada Serafina Carrilho, que obriga as empresas revendedoras de aparelhos de telefonia celular, a divulgarem avisos de advertência quanto aos riscos à saúde advindos do uso inadequado de telefones celulares, na forma em que especifica.

Chamada esta relatoria a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Solicito aos senhores deputados, após a chamada pelo 1º Secretário, de usarem seu direito de voto.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Hermes da Fonseca)
(Procede à chamada nominal dos senhores deputados)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Convido os deputados Neivo Beraldin, Edno Guimarães e Renato Gaúcho, para escrutinarem os votos.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Hermes da Fonseca)

Senhor presidente, 42 deputados votaram: dezoito, (19) **Sim**; vinte e três, **Não**.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Conforme resultado anunciado pelo nobre deputado Hermes da Fonseca, 1º Secretário, estão mantidos os vetos constantes da pauta dos itens nº 01 e item 03.

Solicito a chamada dos senhores parlamentares para votação do veto do item 09/2002, cujo projeto é de autoria do deputado Marcos Isfer.

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 39/2002, veto apostado ao Projeto de Lei nº 452/2001, de autoria do deputado Marcos Isfer, que introduz alterações na Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, que dispõe sobre o ICMS. **COM RELATÓRIO DA CCJ. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OFÍCIO/CTL/SEEG/ Nº 051/2002

Curitiba, 11.01.2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 482/2001, dessa Presidência e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e de conformidade com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 452/2001, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo alterar a redação conforme especifica, de dispositivos da Lei nº 11.580/96 (Lei do ICMS).

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência, decorre da inconstitucionalidade a que está eivado, porque fere o artigo 155, XII, “g” da magna Carta da Nação e o artigo 1º da lei Complementar Federal nº 24/75. Esse prisma de entendimento, por mim adotado como razões fundamentais do veto ora apostado, está substanciado na adiante transcrita manifestação da Secretaria de Estado da Fazenda.

“Impõe-se o veto ao citado projeto de lei, pois, em seus artigos 1º e 2º, ao reduzir para o percentual equivalente a 3,2% sobre a receita bruta, auferida a carga tributária relativa ao ICMS nas operações com refeições industriais e demais refeições, inclusive no fornecimento de alimentação em restaurantes e estabelecimentos similares, está concedendo benefício fiscal, em relação a este tributo, quais benefícios fiscais que importem em redução ou eliminação, direta ou indireta, do respectivo ônus, somente podem ser concedidos com a anuência de todas as Unidades Federadas, através de celebração de Convênios, firmado especificamente para esse fim, junto ao Conselho de Política Fazendária - Confaz. Esta determinação está contida no art. 155, XII, “g” da Constituição Federal, assim transcrito, verbis:

“Art. 155 - Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual

e intermunicipal e de comunicação ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;

§ 2º - O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte:

....

XII - caberá à lei complementar:

....

g - regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados!

Como já existia lei complementar regulando a matéria desde 1975 (LC nº 24/75), esta foi recepcionada pela Carta Magna de 1988, cujo artigo 1º e seu parágrafo único, inciso IV, assim dispõe, *verbis*:

“Art. 1º - As isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias serão concedidas ou revogadas nos termos de convênios celebrados e ratificados pelos Estados e pelo Distrito Federal, segundo esta lei.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo também se aplica:

I - à redução da base de cálculo;

II - à devolução total ou parcial, direta ou indireta condicionada ou não, do tributo, ao contribuinte, a responsável ou a terceiros;

III - à concessão de créditos presumidos;

IV - a quaisquer outros incentivos ou favores fiscais ou financeiro-fiscais, concedidos com base no Imposto de Circulação de Mercadorias, dos quais resulta redução ou eliminação, direta ou indireta, do respectivo ônus”.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 452/2001, encontra-se publicado no DA. nº 126/2001, de 17.09.2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO VETO Nº 039/2002

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo veta o Projeto de Lei nº 452/2001, de autoria do deputado Marcos Isfer, que introduz alterações na Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, que dispõe sobre o ICMS.

Chamada esta comissão a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.02.2002

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

Em votação:

Para encaminhar deputado Marcos isfer.

O SR. MARCOS ISFER (Para Encaminhar)

Senhor presidente, senhores deputados. Gostaria de solicitar a todos os companheiros desta Casa, que votássemos com a cédula do NÃO, para derrubarmos esse veto. Gostaria ainda de esclarecer que o novo governo, que deverá assumir a partir de 01.01, não tem nenhum obstáculo a colocar a essa derrubada de veto, e que entre em funcionamento uma nova sistemática de cobrança dos impostos dos bares e restaurantes e aqueles que fornecem alimentação.

Isto já foi discutido com a equipe de transição do Governo, que passou ao deputado Nereu Moura, e a outros componentes do PMDB, e ao deputado Orlando Pessuti a posição do novo governo.

Também peço o voto de todos os companheiros que também fazem a base de apoio do atual Governo, que derrubem o veto, uma vez que esse projeto venha atender o interesse do Sindicato dos Bares e Restaurantes, o interesse da grande maioria daqueles que trabalham com alimentação.

Então peço a todos os companheiros da Casa, que votemos com a expressão NÃO, derrubando esse veto.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Solicito ao 1º secretário, deputado Hermes da Fonseca, a chamada nominal dos senhores parlamentares para votação. Quero lembrar aos senhores parlamentares que aqueles que votarem SIM é pela manutenção do veto, para derrubar é a Cédula preta NÃO.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (Pela Ordem)

Senhor presidente, como líder do PDT, escutando a anuência do deputado Neivo Beraldin, que é ligado realmente ao Sindicato, da classe que ora estamos votando e ouvindo, os deputados Eli Ghellere, José Maria, Augustinho Zucchi e Renato Gaúcho, Bancada do PDT, vota NÃO.

O deputado Baratter também, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Solicito ao 1º secretário que proceda a chamada nominal dos senhores deputados, para votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Hermes da Fonseca)

(Procede à Chamada Nominal dos senhores deputados, para votação).

Convoco os senhores deputados Nereu Moura, Cezar Silvestri e Edno Guimarães para o escrutínio dos votos.

(Procede-se o escrutínio dos votos)

Senhor presidente, vou anunciar o resultado do escrutínio:

Votos Sim - 10.

Votos Não - 34.

O SR. PRESIDENTE (**Ademir Bier**)

Com o resultado, é **derrubado o veto**.

O SR. ELIO RUSCH (**Pela Ordem**)

Apenas para registrar a presença nas galerias desta Sessão, do senhor Flávio Ghellere, pai do nosso deputado Eli Ghellere, que nos dá a honra da sua presença, juntamente com a sua esposa. Maria Vendrami Ghellere.

Muito obrigado pelas presenças. Estão acompanhados de seu filho, nosso amigo Eli Ghellere, grande deputado do Oeste do Paraná.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente.

Para registrar aqui a presença do companheiro Ernani Ribas Valli, que é o popular “gordo” do Madalosso e que é, sem dúvida nenhuma, o embaixador de Santa Felicidade. Também está aqui o Severino Madalosso.

Quero dizer que, felizmente, o Restaurante Madalosso não vai cobrar estacionamento, vice-governador Orlando Pessuti, porque Santa Felicidade, um bairro turístico, não pode apelar. Alguns restaurantes querem cobrar estacionamento, mas o Madalosso não vai cobrar.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, quero registrar a presença do vereador Júlio de Sertanópolis, acompanhado de sua irmã, mas estão aqui prestigiando as tribunas a Assembleia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (**Ademir Bier**)

Fica registrado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 205/2002 e dos Projetos de Resolução nºs 027, 028 e 029/2002.

Levanta-se a Sessão.

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e dois, reuniu-se na sala de reuniões das Comissões

da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes deputados: Duílio Genari, Algaci Túlio, Plauto Miró Guimarães, Antonio Carlos Belinati, Serafina Carrilho, José Maria Ferreira e mais o senhor deputado Eli Ghellere. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 728/2002, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Plauto Miró Guimarães - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 618/2002, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão e Projeto de Lei nº 628 de autoria do Poder Executivo, ambos anexos. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Plauto Miró Guimarães, na forma da emenda substitutiva anexa - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 707/2001, de autoria do senhor deputado Cleiton Kielse Crisóstomo. Concedido vistas aos senhores deputados Algaci Túlio e José Maria Ferreira; 04) Projeto de Lei nº 727/2002, de autoria do Poder Executivo. Concedido vistas ao senhor deputado José Maria Ferreira; 05) Projeto de Lei nº 299/2002, de autoria do senhor deputado Fernando Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Antonio Carlos Belinati à emenda de plenário - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 574/2002, de autoria do senhor deputado Luiz Accorsi. Concedido vistas ao senhor deputado Algaci Túlio; 07) Projeto de Lei nº 43/2002, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 42/2002, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 397/2002, de autoria da senhora deputada Serafina Carrilho. Parecer FAVORÁVEL da senhora deputada Serafina Carrilho; 10) Projeto de Lei nº 65/2002, de autoria do senhor deputado Sergio Spada. Parecer CONTRÁRIO do senhor deputado Algaci Túlio - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 695/2001, de autoria do senhor deputado Ricardo Chab. Projeto de Lei nº 17/2002, de autoria do senhor deputado Marcos Isfer. Projeto de Lei nº 128/2002, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, anexos. Parecer contrário do senhor deputado Algaci Túlio - REJEITADO, com quatro votos contrários dos senhores deputados José Maria Ferreira, Duílio Genari, Serafina Carrilho e Eli Ghellere e três votos favoráveis dos senhores deputados Plauto Miró Guimarães, Antonio Carlos Belinati e Algaci Túlio. O senhor presidente designará novo relator; 12) Projeto de Lei nº 472/2002, de autoria do senhor deputado Cesar Seleme. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Caíto Quintana, na forma da emenda anexa - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 369/2002, de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli. Parecer CONTRÁRIO do senhor deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 435/2002, de autoria do senhor deputado Marcos Isfer. Parecer CONTRÁRIO do senhor deputado José

Maria Ferreira - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 445/2002, de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni e outros. Parecer CONTRÁRIO do senhor deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 289/2002, de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado José Maria Ferreira, na forma da emenda anexa - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 505/2002, de autoria do senhor deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 453/2002, de autoria do senhor deputado Augustinho Zucchi. Parecer CONTRÁRIO do senhor deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 713/2002, de autoria do senhor deputado Marcos Isfer, com sede e foro nesta Capital. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Duílio Genari - APROVADO; 20) Projeto

de Lei nº 714/2002, de autoria do senhor deputado Fernando Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Duílio Genari - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 712/2002, de autoria do senhor deputado Cesar Seleme. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Duílio Genari - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 711/2002, de autoria do deputado Hidekazu Takayama. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Duílio Genari - Aprovado. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária